

***ESTATUTOS***  
***DA***  
***CRUZADA DE BEM-FAZER DA PAZ***



## **CAPÍTULO I**

### **DA DENOMINAÇÃO, SEDE E ÂMBITO DE ACÇÃO E FINS**

**Artigo 1º.** – A Cruzada de Bem-Fazer da Paz é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede na Rua Elias Garcia, número 43, na União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, no concelho de Vila Nova de Gaia.

**Artigo 2º.** – A Cruzada de Bem-Fazer da Paz tem como objectivo prestar auxílio a famílias necessitadas e acolher pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidade, desenvolver actividades de apoio social a pessoas em situação de carência, promover a criação de centros de acolhimento e de distribuição de bens essenciais, e prestar apoio social nomeadamente apoio domiciliário, centro de dia e centro de convívio.

**Artigo 3º.** – O seu âmbito de acção abrange o concelho de Vila Nova de Gaia.

**Artigo 4º.**

1. A organização e o funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.
2. O apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre actuação da Instituição.
3. A Instituição fica obrigada ao cumprimento das cláusulas dos acordos de cooperação que vierem a ser celebrados com o Estado.

**Artigo 5º.**

1. A assistência a prestar pela Instituição será remunerada em regime de proporcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito assistencial a que se deverá sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ASSOCIADOS**

**Artigo 6º.**

1. A Cruzada de Bem-Fazer da Paz é constituída por um número ilimitado de associados.

2. Podem ser associados pessoas singulares maiores de dezoito anos e pessoas colectivas.

**Artigo 7º.** – Haverá três categorias de associados:

1. Honorários – Os que, através de serviços ou donativos, dêem contribuição de forma invulgar e notável para a realização dos fins da Instituição.
2. De Mérito – Os que, como dirigentes ou simples associados, tenham prestado relevantes serviços, dos quais haja resultado maior engrandecimento ou maior valorização para a Instituição.
3. Efectivos – Os que se proponham colaborar na realização dos fins da Instituição, obrigando-se ao pagamento de quota mensal no montante fixado pela Assembleia Geral.

**Artigo 8º.** – A qualidade de associado prova-se pela inscrição no respectivo livro de registos, que a Instituição obrigatoriamente possuirá.

**Artigo 9º.** – São direitos dos associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral.
- b) Eleger e ser eleito para qualquer cargo dos Órgãos Sociais, decorrido o prazo de um ano da sua admissão como associado.
- c) Requerer ao presidente da Assembleia Geral, juntamente com dez por cento dos associados em igual plenitude de direitos, a convocatória para uma reunião extraordinária da Assembleia Geral; esta reunião só poderá realizar-se com a presença mínima de três quartos dos requerentes.
- d) Examinar o livro de registo de associados, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeira por escrito ao presidente da Direcção, com a antecedência mínima de quinze dias, e se verifique ser um interesse pessoal, directo e legítimo.
- e) Usufruir de qualquer benefício integrado nos fins da Instituição.
- f) Requerer ao presidente da Assembleia Geral certidões das actas das reuniões da Assembleia Geral, apenas na parte restrita ao fim expressamente declarado.
- g) Ser respeitado na sua dignidade e na intimidade da sua vida privada e não podendo sofrer discriminações fundadas em critérios ideológicos, políticos, confessionais ou raciais.

**Artigo 10º.** – São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de um associado efectivo.
- b) Comparecer nas reuniões da Assembleia Geral.
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos Órgãos Sociais.
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que for eleito.
- e) Participar, no prazo de trinta dias, eventual mudança de residência ou do local de pagamento das suas quotas.

#### **Artigo 11º.**

1. Os associados que violarem os deveres estabelecidos no artigo anterior ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão.
  - b) Suspensão de direitos até um ano.
  - c) Demissão.
2. Serão demitidos os associados que, por actos dolosos, tenham prejudicado a Instituição.
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do nº.1 deste artigo são da competência da Direcção.
4. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.
5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do nº.1 deste artigo só se efectivará mediante audiência obrigatória do associado arguido.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

#### **Artigo 12º.**

1. Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no Artigo 9º. se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de um ano não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do Artigo 9º., podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.
3. Não são elegíveis para os Órgãos Sociais os associados que, mediante processo judicial, tenham sido afastados dos cargos directivos da Cruzada de Bem-fazer da Paz ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

**Artigo 13º.** – A qualidade de associado não é transmissível, quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

#### **Artigo 14º.**

1. Factores que levam à perda da qualidade de associado:
  - a) O pedido da sua própria exoneração.
  - b) A falta de pagamento das quotas durante um ano.
  - c) A demissão nos termos do nº.2 do Artigo 11º.
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, considera-se eliminado o associado que tenha sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das suas quotas em atraso e não o faça no prazo de trinta dias.

**Artigo 15º.** – O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Cruzada de Bem-Fazer da Paz não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao período em que foi membro da Instituição.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

#### **Secção I**

#### **Disposições Gerais**

**Artigo 16º.** – São Órgãos Sociais da Cruzada de Bem-Fazer da Paz a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

1. São elegíveis para os Órgãos Sociais da Instituição os associados que, cumulativamente:
  - a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos;
  - b) Sejam de maior idade.
2. A inobservância do disposto no número anterior determina a nulidade da eleição do candidato em causa.
3. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem ser reeleitos, ou novamente designados, se tiverem sido condenados por crime doloso, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.
4. Esta incapacidade verifica-se quanto à reeleição ou nova designação para os Órgãos Sociais da mesma instituição ou de outra instituição particular de solidariedade social.

**Artigo 17º.** – O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Instituição é gratuito, salvo o disposto no Art. 34º. nº. 13, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

1. A Direcção e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Instituição.
2. Não podem exercer o cargo de presidente do Conselho Fiscal trabalhadores da Instituição.

**Artigo 18º.**

1. A duração do mandato dos Órgãos Sociais é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro de cada quadriénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, ou do seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.
3. Quando a eleição tiver sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a tomada de posse deverá ter lugar no prazo de trinta dias após a eleição, mas neste caso, e para efeitos do nº. 1, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil da sua realização.
4. Quando as eleições não forem realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos Órgãos Sociais.

5. O exercício do mandato dos titulares dos Órgãos Sociais só pode ter início após a respectiva tomada de posse, sem prejuízo do disposto no n.º 7.
6. A posse é dada pelo presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral e deve ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao da eleição.
7. Caso o presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensão por procedimento cautelar.
8. O presidente da Direcção só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
9. A inobservância do disposto no presente artigo determina a nulidade da eleição.

#### **Artigo 19º.**

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de um dos Órgãos Sociais, depois de esgotados os membros suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.
  - a) Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato.
2. Não é permitido aos membros dos Órgãos Sociais o desempenho simultâneo de mais do que um cargo, em diferentes Órgãos Sociais da Instituição.

#### **Artigo 20º.**

1. As reuniões dos Órgãos Sociais são convocadas pelos respectivos presidentes, ou pela maioria dos seus membros, e podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes à eleição dos Órgãos Sociais, ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros, serão feitas, obrigatoriamente, por escrutínio secreto.

#### **Artigo 21º.**

1. Serão consideradas nulas as seguintes deliberações:
  - a) Tomadas por um Órgão Social não convocado, salvo se todos os seus titulares tiverem estado presentes ou representados, ou tiverem posteriormente dado, por escrito, o seu assentimento à deliberação;
  - b) Cujo conteúdo contrarie normas legais imperativas;
  - c) Que não estejam integralmente e totalmente reproduzidas na respectiva acta.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 deste artigo, não se considera convocado o Órgão Social quando o aviso convocatório seja assinado por quem não tenha essa competência ou quando dele não constem o dia, hora e local da reunião, ou quando reúnam em dia, hora ou local diverso dos constantes do aviso.

**Artigo 22º.** – Serão consideradas deliberações anuláveis as deliberações de qualquer Órgão Social contrárias à lei ou aos estatutos, seja pelo seu objecto, seja em virtude de

irregularidades havidas na convocação ou no funcionamento do Órgão Social, se não forem já nulas, nos termos do artigo anterior.

#### **Artigo 23º.**

1. Os membros dos Órgãos Sociais são solidária e colectivamente responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do seu mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrarem presentes;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva;
  - c) Em qualquer dos casos anteriores os membros dos Órgãos Sociais visados poderão requerer ao respectivo presidente certidão da acta, na parte em que consta essa sua declaração.

#### **Artigo 24º.**

1. Os membros dos Órgãos Sociais não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2.º grau da linha colateral.
2. Os membros dos Órgãos Sociais não poderão contratar directamente ou indirectamente com a Instituição, salvo se, do contrato, resultar manifesto benefício para a Instituição.
3. Os fundamentos da deliberação sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas do respectivo Órgão Social.

#### **Artigo 25º.**

1. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral onde haja votação por escrutínio secreto, mediante carta dirigida ao presidente da Assembleia Geral, acompanhada de fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, sendo esta “trancada” com dois ou mais riscos e escrito “esta fotocópia destina-se a acompanhar a procuração para votação da assembleia geral eleitoral da “Cruzada de Bem-Fazer da Paz”. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de recebida a procuração e validada a assinatura, inutiliza a fotocópia (após o ato eleitoral). Porém, cada sócio não poderá representar mais do que um associado.
2. Não é admitido o voto por correspondência.

**Artigo 26º.** – Das reuniões dos Órgãos Sociais serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros efectivos presentes ou, quando se trate de reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

## **Secção II**

### **Da Assembleia Geral**

#### **Artigo 27º.**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados admitidos há, pelo menos, um ano, que tenham o pagamento das suas quotas em dia e que não se encontrem suspensos.
2. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.
3. Na falta, ou no impedimento, de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo dessa reunião.

**Artigo 28º.** – Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.

#### **Artigo 29º.**

1. As reuniões da Assembleia Geral devem ser convocadas pelo seu presidente, ou seu substituto, com, pelo menos, quinze dias de antecedência.
  - a) A convocatória para a reunião extraordinária nos termos do Artigo 9º. alínea c) deverá ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo esta realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar desse mesmo pedido ou requerimento.
2. Da convocatória deverá constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
3. A convocatória deverá ser imediatamente afixada na sede da Instituição e é também feita pessoalmente, por meio de aviso postal ou electrónico expedido para cada associado. Independentemente das convocatórias, deverá ser dado conhecimento das reuniões nas edições da associação (se as houver), no seu sítio electrónico, em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da Associação.
4. Logo que a convocatória seja expedida para os associados, os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos deverão estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da Instituição.
5. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.
6. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária deve ser efetuada, de modo a que, respeitando a antecedência prevista no n.º 1, a reunião se realize no prazo máximo de trinta dias contados da recepção do respectivo pedido ou do requerimento.

7. A Assembleia Geral Extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

**Artigo 30º.**

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária:
  - a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para eleição dos titulares dos Órgãos Sociais;
  - b) Até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas do ano anterior, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
  - c) Até 30 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento previsional e do plano de acção para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal.
3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de pelo menos dez por cento dos associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos, sendo, neste caso, obrigatória a presença de três quartos dos requerentes.

**Artigo 31º.** – Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais e, necessariamente:

- a) Definir linhas fundamentais de actuação da Instituição;
- b) Eleger, por votação secreta, os membros dos Órgãos Sociais;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento previsional e o programa de acção para o ano seguinte, bem como o relatório e contas do ano anterior;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais ou de valor histórico ou artístico;
- e) Autorizar empréstimos para fins inteiramente justificados;
- f) Deliberar sobre a alteração dos estatutos;
- g) Deliberar sobre a dissolução, cisão ou fusão da Instituição;
- h) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respectivos bens;
- i) Autorizar a Instituição a demitir os membros dos Órgãos Sociais por actos praticados no exercício das suas funções;
- j) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
- k) Proclamar associados De Mérito e Honorários, sob proposta da Direcção.

**Artigo 32º.**

1. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.
2. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes.
3. As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa colectiva requerem o voto favorável de três quartos de todos os associados.

### **Secção III**

#### **Da Direcção**

##### **Artigo 33º.**

1. A Direcção da Cruzada de Bem-Fazer da Paz é constituída por cinco membros efectivos, dos quais um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.
2. Haverá, simultaneamente, igual número de membros suplentes, que serão chamados à efectividade em caso de vagas de membros efectivos.
3. No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo vice-presidente, sendo este substituído por um membro suplente.
4. Os membros suplentes poderão assistir às reuniões da Direcção, mas sem direito a voto.

##### **Artigo 34º.** – Compete à Direcção gerir a Instituição e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

1. Garantir a efectivação dos direitos dos utentes.
2. Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal, dentro dos prazos estabelecidos, para verificação da sua legalidade, o relatório e contas do exercício, bem como o orçamento previsional e programa de acção para o ano seguinte. As contas do exercício são publicitadas obrigatoriamente no sítio institucional electrónico da Instituição, até 31 de Maio do ano seguinte a que dizem respeito.
3. Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei.
4. Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da Instituição.
5. Representar a Instituição em juízo ou fora dele.
6. Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos Órgãos Sociais.
7. Propor a modificação parcial ou total dos estatutos da Instituição e fazê-la aprovar pela Assembleia Geral.
8. Deliberar sobre a empreitada de obras de construção ou de grande reparação pertencentes à Instituição, bem como sobre a alienação ou arrendamento de imóveis pertencentes à Instituição, as quais deverão ser feitas em concurso ou hasta pública, conforme mais conveniente, à excepção de obras realizadas por administração directa e até ao montante de vinte e cinco mil euros, depois de ouvido o parecer do Conselho Fiscal.
9. Deliberar sobre a admissão de utentes e garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários.
10. Propor à Assembleia Geral a nomeação de associados De Mérito e de associados Honorários.
11. Nos actos de mero expediente, bastará a assinatura de um membro da Direcção.

- 12.A Direcção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos actos ou de certas categorias de actos, em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários.
- 13.Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais titulares dos órgãos de administração, podem estes ser remunerados, desde que os estatutos assim o permitam, não podendo, no entanto, a remuneração exceder quatro vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), e depois de ratificado pela Assembleia Geral.

**Artigo 35º.** – Compete ao presidente da Direcção:

- a) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos.
- b) Superintender na administração da Instituição, orientando e fiscalizando os respectivos serviços.
- c) Representar a Instituição em juízo ou fora dele.
- d) Assinar os termos de abertura e de encerramento dos livros das actas da Direcção.
- e) Despachar os assuntos normais de expediente que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte.

**Artigo 36º.** – Compete ao vice-presidente:

- a) Coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

**Artigo 37º.** – Compete ao secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção e superintender aos serviços de expediente.
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados.
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

**Artigo 38º.** - Compete ao tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da instituição.
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e despesa.
- c) Assinar as autorizações de pagamentos e as guias de receitas conjuntamente com o presidente ou com o vice-presidente, no caso de indisponibilidade do presidente.
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior.
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

**Artigo 39º.** – Compete ao vogal coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições.

## **Secção IV**

### **Do Conselho Fiscal**

#### **Artigo 40º.**

1. O Conselho Fiscal da Cruzada de Bem-Fazer da Paz é constituído por três membros, dos quais um presidente e dois vogais.
2. Haverá, simultaneamente, igual número de membros suplentes, que serão chamados à efectividade em caso de vagas de membros efectivos.
3. No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal, sendo este substituído por um membro suplente.

**Artigo 41º.** – Compete ao Conselho Fiscal o controlo e a fiscalização da Instituição, podendo, nesse âmbito, efectuar aos restantes Órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e designadamente:

- a) Fiscalizar a Direcção da Instituição, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício bem como sobre o programa de acção e o orçamento previsional para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação;
- d) Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direcção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste Órgão Social.

**Artigo 42º.** – O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para a discussão, com qualquer Órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

**Artigo 43º.** – O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgue conveniente, por convocação do seu presidente, ou pela maioria dos seus membros, e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA CRUZADA DE BEM-FAZER DA PAZ**

**Artigo 44º.** – São receitas da Cruzada de Bem-Fazer da Paz:

- a) O produto das quotas dos seus associados.

- b) A comparticipação dos seus utentes.
- c) Os rendimentos de bens próprios.
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos.
- e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais.
- f) Os donativos e produtos de festas e subscrições.
- g) Outras receitas eventuais.

**Artigo 45º.**

1. No caso de extinção da Cruzada de Bem-Fazer da Paz, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
2. Os poderes da comissão liquidatária ficarão limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimização dos negócios pendentes.

**Artigo 46º.** – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 31 de Outubro de 2015.  
Rectificação aprovada em Assembleia Geral de 09 de Abril de 2016.  
Rectificação aprovada em Assembleia Geral de 30 de Novembro de 2019.